REINO DE MÁRMARA

Controladoria Nacional de Assuntos Jurídicos

CÓDIGO DE FUNCIONAMENTO DO ESTADO

TÍTULO I - OS PODERES

Capítulo I - Legislativo

Art. 1. O poder será exercido pela Câmara Geral.

I - A Câmara Geral será composta pelos cidadãos mármaros dispostos à votar e discutir emendas, projetos e debater resoluções para os principais problemas que permeiam na nação. Devendo ser constituída de no mínimo 5 (cinco) cidadãos e no máximo 9 (nove) cidadãos.

Art. 2. Compete à Câmara Geral:

I - Criar e votar os projetos de Lei;

II - Debater resoluções para as contendas, afim de que o Poder Executivo providencie solução.

III - Desempenhar o papel de defensores da Carta de Direitos Fundamentais e do Código de Funcionamento do Estado à cerca dos Decretos e Projetos de Leis encaminhados para a Seção.

Art. 3. A Câmara Geral entra em Seção nas Segundas e Sextas-feiras em horário à ser definido.

§1 Estabelece o mínimo de 1 (um) e máximo de 3 (três) o número de resoluções à apresentar para Seção.

§2 O fim da Seção será dado quando não restarem projetos para votação.

§3 Os Diarcas revesarão o comando das ações da Câmara Geral, instituindo um dia a cada. Entretanto não terão direito à voto.

A - Em caso de ausência do Diarca competente do dia, seja qual for a razão, o outro Rei comandará a Seção da Câmara Geral.

Art. 4. A Câmara Geral será dissolvida em casos onde não houver 5 (cinco) cidadãos para sua composição.

§1 A Diarquia poderá neste período de não formação, governar via decretos que não firam a soberania dos Direitos Fundamentais.

Capítulo II - Executivo

Art. 5. O poder será exercido pelos Diarcas.

Seção I - Dos Diarcas

Art. 6. Estabelece o Sistema de Compartilhamento da Chefia do Estado entre os Diarcas.

Art. 7. Os Diarcas também atuarão como Articuladores Diplomáticos Internacionais, representando o Reino de Mármara nas terras estrangeiras em certames de caráter amistoso.

Art. 8. Caberá aos Reis:

I - A defesa da soberania territorial;

II - O Comando em Chefe das Forças Armadas, juntamente com o Ministro da Defesa, auxiliados pela Câmara Geral;

III - Governar com sabedoria;

IV - Preservar a paz;

V- Ser harmônico com o povo;

VI - Nomear e exonerar os ministros;

VII - Sancionar os projetos de lei;

VIII - Decretar o estado de sítio;

IX - Propor, discutir e assinar os tratados comerciais e diplomáticos com outras nações;

X - Conceder honrarias;

XI - Representar dignamente o Estado em terras estrangeiras;

XII - O direito à veto sob as decisões do Legislativo.

§1 O Legislativo poderá em Seção Extraordinária convidar um dos Diarcas para questioná-lo à cerca da decisão.

XIII - Governar via Decreto em casos de não formação de quórum Legislativo.

Art. 9. Deve-se respeitar o povo, a Soberania do Estado e a forma Diárquica do Estado, governando, ambos, com sabedoria.

§1 No descumprimento do despositivo presente nesta Carta, o trono do Rei poderá ser revisto mediante investigação e denúncia do Poder Legislativo.

§2 São os sucessores do(s) Diarcas:

I - Seus descendentes e/ou escolhidos mediante Testamento Formal;

A - O Testamento Formal é um documento incontestável.

Capítulo III - Judiciário

Art. 10. A Câmara Geral será o órgão responsável pelo poder, fiscalizando a presença da ética e da moral nas ações empregadas pelo Governo.

TÍTULO II - ORGANIZAÇÃO NACIONAL

Capítulo I - Organização Política

Art. 11. Compreende a União, as Províncias e as Cidades como organização primordial do Estado.

Art. 12. A Cidade de Istambul é a Capital do Reino de Mármara.

§1 A província de Istambul será um Distrito Federal, dispensando nomeação de Governador.

Art. 13. Caberão aos Governadores a administração dos bens públicos das Províncias, bem como das cidades.

Art. 14. Caberá aos Diarcas a escolha dos Governadores das províncias, devendo o Congresso Geral verificar a presença de má fé nas escolhas, bem como empossa-los e ratificar o documento da posse.

§1 Na ausência de cidadãos para compor os gabinetes provinciais, se estabelece o Estado de Unidade Nacional de Poder Centralizado em Istambul.

Art. 15. O Código de Funcionamento do Estado do Reino de Mármara entra em vigor na data de sua outorgação.

**Em nome da pátria, lavramos em verdade. Istambul, XXV de Novembro de 2015.
1º de nossa independência. 1º da Era Diárquica.**